



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

**Lei nº 3.171**  
**de 19 de dezembro de 2019.**

**Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal - SIM-CORDEIRÓPOLIS no âmbito do Município de Cordeirópolis e estabelece os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal e vegetal e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de Cordeirópolis, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal e vegetal, comestíveis e não comestíveis, preparados, transformados, depositados ou em trânsito no município de Cordeirópolis, sem prejuízo do disposto nas legislações federais e estaduais referentes à matéria e dá outras providências.

**§ 1º**– Para cumprimento da presente Lei, fica criado o **Serviço de Inspeção Municipal – SIM-CORDEIROPOLIS**, no âmbito do município de Cordeirópolis para Produtos de Origem Animal e Vegetal, vinculado à **Secretaria Municipal de Saúde**.

**§ 2º** – Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº 9.712/1998, ao Decreto Federal nº 5.741/2006 e ao Decreto Federal nº 7.216/2010, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

**Art. 2º** – A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

**§ 1º**– A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

I – entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

**§ 2º**– Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.

continua



I – os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente, Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

**§ 3º**– A inspeção sanitária se dará:

I – nos estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização;

II – nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária agropecuária, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

**§ 4º**– Caberá ao Serviço de Inspeção Municipal de Cordeirópolis a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

**Art. 3º** - A critérioda coordenadoria do SIM-CORDEIRÓPOLIS os estabelecimentos abrangidos por esta Lei poderão ser obrigados a ter médico veterinário e/ou engenheiro agrônomo, devido as suas peculiaridades e especificidades.

**Art. 4º** – Os objetivos que nortearam esta lei são:

I - coibir o abate clandestino de animais, a sua comercialização "in natura" e a respectiva industrialização;

II - coibir o processamento clandestino de produtos de origem animal e vegetal;

III – registrar e conceder o “Certificado do SIM/CORDEIRÓPOLIS” aos estabelecimentos e seus respectivos produtos de origem animal e vegetal com validade de um ano;

IV - inspecionar o fabrico, a manipulação, o beneficiamento, a armazenagem, o acondicionamento, a conservação e o transporte de produtos de origem animal e vegetal;

V - analisar e emitir pareceres sobre os processos de construção, reformas, implantação e/ou reaparelhamento dos estabelecimentos;

VI – realizar inspeções nos estabelecimentos regidos por esta Lei;

continua



**VII** - revogar o “Certificado do SIM-CORDEIRÓPOLIS”;

**VIII** – promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

**IX** – ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

**X** – promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

**Art. 5º** – A Secretaria Municipal de Saúde/Serviço de Inspeção Municipal de Cordeirópolis poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios, Estado de São Paulo e a União, poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao Suasa - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

**Parágrafo único** – Se houver adesão do SIM-CORDEIRÓPOLIS ao Suasa os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

**Art. 6º** – A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município de Cordeirópolis, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e todos os estabelecimentos com CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) prevista em legislação vigente.

**Parágrafo único** – A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

**Art. 7º** – O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.

continua



**Parágrafo único**– Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m<sup>2</sup>), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal e vegetal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados e como também os produtos de origem vegetal, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

- a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais) – aquele destinado ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 5 toneladas de carnes por mês;
- b) estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/ bubalinos/ equinos) – aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 toneladas de carnes por mês;
- c) fábrica de produtos cárneos – aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 5 toneladas de carnes por mês;
- d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado – enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de 4 toneladas de carnes por mês;
- e) estabelecimento de ovos – destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 dúzias/mês;
- f) Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas – destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 toneladas por ano;
- g) estabelecimentos industrial de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos no presente Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 litros de leite por mês;

continua



h) os estabelecimentos de produtos de origem vegetal são classificados em: miniagroindústria, entreposto de vegetais e fábrica de produtos de origem vegetal.

**Art. 8º** – Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis.

**Parágrafo único** – Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde/SIM-CORDEIRÓPOLIS a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do município.

**Art. 9º**– Para obter o “Certificado do SIM-CORDEIRÓPOLIS” o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

- I – requerimento simples dirigido ao coordenador do serviço de inspeção municipal;
- II – laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pelo SIM-CORDEIRÓPOLIS;
- III – Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006, como também análise prévia do GEA - Grupo Especial de Análise (Certidão Uso Solo);

**Parágrafo único** – Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

IV – Documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento.

V – apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

VI – planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

continua



**VII** – memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

**VIII** – boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais, ou seja, licença sanitária do Sistema de Abastecimento de Água Alternativo;

**§ 1º** – Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável.

**§ 2º** - Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

**Art. 10** – O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

**Art. 11** – A embalagem de produtos de origem animal e vegetal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

**Parágrafo Único** – Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

**Art. 12**– Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

**Art. 13** – A matéria-prima, os animais, os vegetais, os produtos, os sub-produtos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

**Art. 14** - Ficam instituídas as Taxas de Registro e Inspeção, por ocasião do primeiro registro e renovação do registro.

**§ 1º** - O valor das taxas a que se refere este artigo será fixado em quantidade de Unidades Fiscais do Município de Cordeirópolis – UFIRCO, conforme ANEXO II.



**§ 2º** - A arrecadação e a fiscalização das taxas serão de incumbência da Secretaria Municipal de Saúde / SIM-CORDEIRÓPOLIS.

**Art. 15** - O fato gerador das taxas de que trata o artigo 14 decorre do exercício do poder de polícia sobre os produtos e estabelecimentos abrangidos pelas disposições desta Lei.

**Art. 16** – O Contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica que executar atividades sujeitas à inspeção e fiscalização prevista nesta Lei.

**Art. 17** – Para emissão de segunda via do “Certificado do SIM-CORDEIRÓPOLIS será cobrado 20% (vinte por cento) da taxa referente a atividade (ANEXO II).

**Art. 18** - Os débitos decorrentes das taxas não recolhidas até o vencimento, serão atualizados na data do efetivo pagamento e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados do dia seguinte ao vencimento.

**Art. 19** - São consideradas infrações à presente Lei:

I - obstar, retardar ou dificultar a ação fiscalizadora da autoridade competente, no exercício de suas funções;

II - descumprir intimações expedidas e/ou atos das autoridades competentes;

III - omitir informações referentes a riscos conhecidos à saúde;

IV – extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar produtos de origem vegetal e animal, sem os padrões de identidade, qualidade e segurança;

V - rotular produtos de origem vegetal ou animal contrariando as normas legais e regulamentares;

VI - transgredir as normas estabelecidas nesta Lei e outras normas legais federais ou estaduais que dizem respeito a esta Lei e sua regulamentação;

**Art. 20** - Aos infratores das disposições estabelecidas nesta Lei e sua regulamentação serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência, aplicável ao infrator não reincidente e desde que a infração seja sanável imediatamente pelo infrator e não tenha acarretado prejuízo à saúde pública;

continua



**II** - multa de 60 (sessenta) a 60.000 (sessenta mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal de Referência do Município de Cordeirópolis (UFIRCO) vigente, aplicável isoladamente ou cumulativamente;

**III** - apreensão ou inutilização das matérias primas, produtos, sub-produtos e derivados de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim que se destinem ou forem adulterados;

**IV** - interdição total ou parcial do estabelecimento ou produto, quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

**§ 1º** - Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma norma cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 12 (doze) meses, contados da data em que se tornar definitiva, administrativamente, a penalidade relativa à infração anterior, devendo ser anexado ao processo administrativo a cópia do primeiro auto de infração.

**§ 2º** - Na aplicação da penalidade de multa, a autoridade competente deverá levar em consideração a capacidade econômica do infrator.

**§ 3º** - A interdição poderá ser retirada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

**V** – Cancelamento do Certificado do SIM-CORDEIRÓPOLIS.

**Art. 21** - As infrações a presente Lei serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta Lei.

**Parágrafo único.** É obrigatória a juntada do Auto de Infração original no Processo Administrativo, sendo documento indispensável para instrução do ato processual.

**Art. 22** - O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade que a houver constatado, devendo conter:

**I** - nome do infrator (proprietário do estabelecimento ou respectivo representante legal), seu domicílio e residência, endereço do estabelecimento, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil;

continua



II - local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;

III - descrição da (s) infração (s);

IV - penalidade a que está sujeito o infrator;

V - ciência, pelo autuado, na pessoa de seu representante legal, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI - assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de 2 (duas) testemunhas, quando possível, e do autuante;

VII - prazo para a interposição de defesa.

**§ 1º** - Havendo recusa do infrator em assinar o auto, será feita, neste, a menção do fato.

**Art. 23** - O infrator será notificado para ciência do auto de infração.

I - pessoalmente;

II - pelo correio (carta registrada);

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

**§ 1º** Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

**§ 2º** - O edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, no Jornal Oficial do Município, considerando-se efetivada a notificação 5 (cinco) dias após a publicação.

**§ 3º** - Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, poderá ser concedido prazo para cumprimento da obrigação subsistente de acordo com a complexidade das obrigações, devendo ser apresentado cronograma de adequações pelo infrator.

**§ 4º** - O cronograma deverá ser deferido pela autoridade competente em prazo razoável levando-se em conta o risco a saúde pública.

**Art. 24** - O infrator poderá interpor pedido de defesa por escrito, contra o auto de infração, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência/notificação, que será apreciado pelo Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS;

continua



**§ 1º** - Antes do julgamento da defesa deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá o prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar a respeito.

**§ 2º** - No caso de indeferimento do pedido de defesa, pelo Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS, poderá ser interposto recurso ao Secretário Municipal de Saúde e em última instância ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, em cada fase do recurso, contados na notificação de indeferimento.

**§ 3º** - O interessado será notificado via correio ou pessoalmente, com Aviso de Recebimento - A.R., das decisões proferidas em 1ª, 2ª e 3ª instâncias.

**Art. 25** - Julgado improcedente o recurso nas três instâncias ou não sendo tempestivamente apresentado, será confirmada a penalidade já imposta na autuação.

**Art. 26** - Em se tratando de pena de multa o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de notificação.

**Art. 27** - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Saúde, constantes no Orçamento Públicos, suplementados se necessário.

**Art. 28** - O serviço de inspeção municipal contará com uma equipe técnica composta por um coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS, um engenheiro civil, até dois médicos veterinários, um agente sanitário e um escrivão, todos ocupantes de cargos públicos efetivos e lotados na Secretaria Municipal de Saúde e fica autorizado, a critério de Executivo, a criação do cargo de engenheiro agrônomo como também poderão ser celebrados convênios com municípios, estados e união para a contratação do profissional citado, a descrição de cada função encontra-se no ANEXO I.

**§ 1º** - Fica autorizado, a título de função gratificada, o pagamento de 30% da respectiva referência salarial ao Coordenador do SIM-Cordeirópolis, sem prejuízo das funções que já estiver exercendo.

I – O Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS deve ser lotado no quadro de funcionários da Secretaria de Saúde de Cordeirópolis e possuir formação superior em engenharia civil ou medicina veterinária ou engenharia agrônoma;

II – O Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS poderá a seu critério acumular a coordenação e também desempenhar função técnica de sua formação de nível superior.

continua



**§ 2º** - Os demais integrantes da equipe técnica do SIM-Cordeirópolis serão nomeados para função gratificada FG 4, prevista no artigo 123, parágrafo 4º, inciso IV, da Lei Complementar nº 281, de 22 de julho de 2019, para comporem a equipe do SIM/CORDEIRÓPOLIS.

**Art. 29** - Os servidores incumbidos na execução desta lei terão documento de identificação fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, onde constará nome do órgão, número e ano da Portaria de nomeação, nome do funcionário, fotografia, cargo, data da expedição e validade, o documento supracitado deverá ser devolvido ao órgão que o emitiu se o funcionário for descredenciado da equipe do SIM-Cordeirópolis.

**Art. 30** - A relação de membros da equipe técnica do SIM-CORDEIRÓPOLIS deverá ser publicada semestralmente por decreto específico do executivo, para fins de divulgação e conhecimento pelos interessados, ou em menor prazo, por ocasião de exclusão e inclusão dos membros da equipe.

**Art. 31** - Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei.

**Art. 32** - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 33** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 19 de dezembro de 2019, 121 do Distrito e 72 do Município.

  
**José Adinan Ortolan**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

  
**Virgílio Botelho Marques Ribeiro**  
Secretário Municipal de Justiça e Cidadania

Registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania, em 19 de dezembro de 2019.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo chefe



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

## ANEXO I DESCRIÇÃO DOS CARGOS E FUNÇÕES

**COORDENADOR DO SIM-CORDEIRÓPOLIS:** deve ter graduação em engenharia civil, engenharia agrônoma ou medicina veterinária com inscrição vigente no respectivo conselho de classe no estado de São Paulo; ser responsável por todos os assuntos referentes ao SIM-CORDEIRÓPOLIS, como também exercer a chefia sobre os demais membros da equipe; coordenar as atividades de inspeção sanitária do SIM; emitir "Certificado do SIM-CORDEIRÓPOLIS"; organizar ações de fiscalização, campanhas de conscientização e de educação em saúde; estabelecer convênios e ações conjuntas com a Vigilância Sanitária do município.

**MÉDICO VETERINÁRIO:** deve ter graduação em medicina veterinária com inscrição vigente no respectivo conselho de classe no estado de São Paulo; fiscalizar os estabelecimentos e propriedades que requeiram o registro no SIM; fiscalizar estabelecimentos e propriedades que já possuem o registro no SIM; realizar campanhas educativas em saúde e de Boas Práticas de Fabricação aos interessados; lavrar autos de infração e aplicar multas quando se fizer necessário, assim como apreender e inutilizar produtos, suspender venda de produtos, interditar equipamentos, utensílios, recipientes e o próprio estabelecimento; orientar projetos de interessados em requerer o registro do SIM; acompanhar abates e matanças e atender as solicitações do Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS.

**ENGENHEIRO AGRÔNOMO:** deve ter graduação em engenharia agrônoma com inscrição vigente no respectivo conselho de classe no estado de São Paulo; fiscalizar os estabelecimentos e propriedades que requeiram o registro no SIM; fiscalizar estabelecimentos e propriedades que já possuem o registro no SIM; realizar campanhas educativas em saúde e de Boas Práticas de Fabricação aos interessados; lavrar autos de infração e aplicar multas quando se fizer necessário, assim como apreender e inutilizar produtos, suspender venda de produtos, interditar equipamentos, utensílios, recipientes e o próprio estabelecimento; orientar projetos de interessados em requerer o registro do SIM e atender as solicitações do Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS.

**ENGENHEIRO CIVIL:** deve ter graduação em engenharia civil com inscrição vigente no respectivo conselho de classe no estado de São Paulo; analisar todo o processo, as respectivas obras e prédios existentes, sistema alternativo de água e processo de tratamento de efluentes e tudo que for de sua área de abrangência e atender as solicitações do Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS.

**AGENTE SANITÁRIO:** acompanhar a fiscalização com os médicos veterinários e engenheiros agrônomos; realizar as funções burocráticas referentes a autos de infração, recursos, interposição de recursos; organizar todo o processo burocrático e atender as solicitações do Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS.

**ESCRITURÁRIO:** envio e recebimento de documentos do SIM; controle administrativo do SIM; abertura de processos para registro no SIM; controle fiscal e contábil; protocolo e arquivamento de documentos relacionados ao SIM; apoio administrativo aos requerentes de registro no SIM e a critério do coordenador do SIM poderá acompanhar as inspeções sanitárias e atender as solicitações do Coordenador do SIM-CORDEIRÓPOLIS.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

## ANEXO II

### Taxa de registro e inspeção

Objeto de Solicitação	Valor
Matadouros-frigoríficos; matadouros; matadouros de pequenos e médios animais; matadouros de aves;	90 UFIRCO
Charqueados; fábricas de conservas; fábricas de produtos suínos; fábricas de produtos gordurosos; entrepostos de carnes e derivados; fábrica de produtos não comestíveis; entrepostos frigoríficos;	60 UFIRCO
Granjas; leiteiras; estábulos leiteiros; usinas de beneficiamento; fábricas de laticínio; entrepostos-usinas; entrepostos de laticínios; postos de laticínios; postos de refrigeração; postos de coagulação;	60 UFIRCO
Entrepostos de pescados; fábricas de conserva de pescado:	60 UFIRCO
Entrepostos de ovos; fábricas de conserva de ovos	40 UFIRCO
Processamento de produtos de origem vegetal	40 UFIRCO
Pelo Registro de Rótulos e Produtos	20 UFIRCO
Pela alteração da Razão Social	30 UFIRCO
Pela ampliação, remodelação e reconstrução estabelecimento	30 UFIRCO
Pelas vistorias desde a origem até o produto final	50 UFIRCO
Por análises periciais	50 UFIRCO



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

### Taxa de Inspeção de Abate

Espécie	Unidade	Valor
Bovino	Cab	1 UFIRCO
Ovino	Cab	0,5 UFIRCO
Caprino	Cab	0,5 UFIRCO
Suíno	Cab	0,5 UFIRCO
Aves	Lote de 100 animais	2 UFIRCO



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

### ANEXO III – MODELO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às  
\_\_\_\_\_ hs, eu \_\_\_\_\_,  
do SIM-CORDEIRÓPOLIS, credencial nº \_\_\_\_\_ verifiquei que o  
estabelecimento \_\_\_\_\_ (razão  
social): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_, nome  
fantasia \_\_\_\_\_ estabelecido à  
(rua/nº/bairro) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ município \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ representada por  
(nome) \_\_\_\_\_  
(CPF) \_\_\_\_\_, residente  
(rua/nº/bairro) \_\_\_\_\_  
município \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ atividade \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ por incorrer em infração (descrever  
detalhadamente) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ contrari  
a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ acordo com o \_\_\_\_\_ disposto em  
\_\_\_\_\_

**O infrator pode apresentar defesa por escrito do Auto de Infração no prazo de 15 dias corridos, contados da ciência/notificação, conforme legislação que cria o SIM-CORDEIRÓPOLIS.**

\_\_\_\_\_  
Local e data  
Assinatura do membro

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Autuado

SIM-CORDEIRÓPOLIS

TESTEMUNHAS

(a) \_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação

(b) \_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

ANEXO IV – MODELO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE  
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE Nº \_\_\_\_\_

<input type="checkbox"/> ADVERTÊNCIA <input type="checkbox"/> MULTA <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO DO CERTIFICADO DO SIM-CORDEIRÓPOLIS <input type="checkbox"/> APREENSÃO DE PRODUTOS <input type="checkbox"/> INUTILIZAÇÃO DE PRODUTOS	<input type="checkbox"/> INTERDIÇÃO <input type="checkbox"/> ESTABELECIMENTO <input type="checkbox"/> PRODUTO	<input type="checkbox"/> TOTAL <input type="checkbox"/> PARCIAL
---	---	--

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ hs,  
eu \_\_\_\_\_, do SIM-CORDEIRÓPOLIS, credencial  
nº \_\_\_\_\_ verifiquei pelo Auto de Infração nº \_\_\_\_\_ série \_\_\_\_\_ que o estabelecimento  
(razão social) \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_, nome fantasia \_\_\_\_\_

Estabelecido à (rua/nº/bairro) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ município \_\_\_\_\_

representada por nome (nome) \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_, residente (rua/nº/bairro) \_\_\_\_\_

município \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ atividade \_\_\_\_\_

incorreu em infração, conforme AUTO DE INFRAÇÃO acima citado.

Descrição da penalidade: \_\_\_\_\_

Conforme o disposto no (s): \_\_\_\_\_

**O infrator pode apresentar defesa por escrito do Auto de Imposição de Penalidade no  
prazo de 10 dias corridos, contados da ciência/notificação.**

\_\_\_\_\_  
Local e data  
Assinatura do membro  
SIM-CORDEIRÓPOLIS  
TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Autuado

(a) \_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação

(b) \_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

**ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO DE REGISTRO E CERTIFICADO DO  
SIM-CORDEIRÓPOLIS**

Eu, \_\_\_\_\_  
domiciliado \_\_\_\_\_ (a) \_\_\_\_\_ no \_\_\_\_\_ endereço \_\_\_\_\_

portador dos documentos RG nº \_\_\_\_\_ e  
CPF \_\_\_\_\_

telefones para contato \_\_\_\_\_ e

proprietário do estabelecimento com CNPJ \_\_\_\_\_, localizado no  
endereço \_\_\_\_\_, no município

de Cordeirópolis,

classificada como \_\_\_\_\_

venho por meio deste REQUERER o registro e certificado do SIM-CORDEIRÓPOLIS,  
instituído pela Lei \_\_\_\_\_, instruindo-se o requerimento com os documentos  
previstos na citada Lei.

Declaro que os produtos a serem industrializados, beneficiados e/ou a comercializados  
de origem animal e vegetal serão:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Estou ciente de que o registro correspondente apenas aos produtos acima solicitados.

Cordeirópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Requerente**



PREFEITURA MUNICIPAL  
**DE CORDEIRÓPOLIS**

**ANEXO VI – MODELO DE CERTIFICADO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / SIM-CORDEIRÓPOLIS**

**CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA**

**Nº INSCRIÇÃO SIM:**  
**NOME OU RAZÃO SOCIAL:**  
**NOME FANTASIA:**  
**CPF OU CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**

**ANO DA INSCRIÇÃO:**

**ATIVIDADE:**  
**OBJETO CERTIFICADO:**

**RESPONSÁVEL LEGAL:**  
**CPF:**  
**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**  
**CPF:**  
**REGISTRO CONSELHO PROFISSIONAL Nº**

O **COORDENADOR** \_\_\_\_\_  
CONCEDE O PRESENTE CERTIFICADO, SENDO QUE SEUS RESPONSÁVEIS  
ASSUMEM CUMPRIR A LEGISLAÇÃO VIGENTE E OBSERVAR AS BOAS  
PRÁTICAS REFERENTES ÀS ATIVIDADES EXERCIDAS RESPONDENDO CIVIL E  
CRIMINALMENTE PELO NÃO CUMPRIMENTO DE TAIS EXIGÊNCIAS, FICANDO,  
INCLUSIVE, SUJEITO AO CANCELAMENTO DESTES DOCUMENTOS.  
Cordeirópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Coordenador**  
**SIM-CORDEIRÓPOLIS**

**CIENTE:** \_\_\_\_\_  
**Proprietário ou**  
**Responsável Técnico**

\_\_\_\_\_  
**Data da ciência**